

Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964: entrevista com Martina Spohr Gonçalves

Por Sérgio Wanderley e
Alessandra de Sá Mello da Costa

Na sua tese de doutorado, defendida na UFRJ em 2016, ela discute a construção de laços entre as elites empresariais estadunidenses e brasileiras durante os anos 1960. Além de defender o protagonismo dos empresários na articulação e sustentação do golpe de 1964, a autora defende a relevante ideia de que programas como a Aliança para o Progresso também serviam para estabelecer e consolidar o *"American way of doing business"* na América Latina.



Sérgio Wanderley: Qual a importância das fontes documentais e dos arquivos para a pesquisa histórica?

Martina Spohr Gonçalves: A primeira coisa que se aprende na faculdade de História é a importância do documento. E o que é um documento. Na verdade, acho que ainda existe uma falha na formação dos historiadores em entender o que é um arquivo e o que é a importância do documento. Venho militando a favor disso durante algum tempo. Eu aprendi o que era um acervo e como trabalhar com ele quando vim fazer estágio no CPDOC, em 2004. Foi o primeiro estágio que tive. Ai eu vi o mundo dos arquivos e fui estudar um pouco mais isso. Para a pesquisa histórica é eminentemente importante a questão do acervo e a questão de entender o que é um documento. Entender qual é o *status* de um documento para o historiador, que é diferente do *status*, por exemplo, para um advogado ou para um jurista que é o *status* do documento como prova. O documento, para nós historiadores, é algo a ser questionado. Algo que a gente vai sempre duvidar e fazer perguntas. O documento chega pra gente e a gente não acredita que aquilo ali é a verdade absoluta. A gente vai, a partir daquelas informações, questionar e perguntar ao documento de onde vem aquela informação. O que a gente pode retirar do documento como informação histórica. Então é sempre uma forma de compreender a documentação a partir de uma perspectiva de problematização. Não entender o documento como algo que comprova alguma coisa. Ele demonstra

muitas coisas, mas não entendemos o documento como prova. O documento precisa ser contextualizado na sua produção. Quem foi o produtor, quem foi que fez aquele documento. Ele está dentro de um conjunto de documentos relacionados ou ele é um documento único que só tem aquela informação dentro de um acervo mais amplo. Então entender qual é o contexto do documento, de onde ele vem, para assim identificar as questões que ele pode te oferecer. Existe uma linha muito tênue entre você encontrar um documento e falar “Nossa achei a prova que eu precisava!” e encontrar um documento e falar assim “Não, esse documento aqui é muito importante, mas eu vou pensar nele. Vou ver quem escreveu”. Problematizar. Questionar a fonte. Perguntar para a fonte o que preciso saber. Então da mesma forma que a gente faz um roteiro de entrevista, a gente tem que fazer um roteiro de perguntas para um documento histórico quanto está se tratando de pesquisa histórica em fontes primárias. Basicamente acho que essa que é a grande questão para se utilizar a documentação histórica como fonte.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Como se constroi um roteiro de perguntas para as fontes documentais?

Martina Spohr Gonçalves: A primeira coisa que se deve fazer quando você está realizando um levantamento documental, na fonte histórica, é pensar na sua

pesquisa, nas suas hipóteses, e o que você está buscando naquele documento. Porque, o documento pode responder questões diferentes para pesquisas diferentes. Vamos supor, um documento sobre o período do regime militar. Posso pegar até um clássico. Pego um AI-5 que tem vários pontos. Posso perguntar para esse documento como é que foi a questão da reformulação partidária. Então o que eu vou fazer de roteiro de pergunta? Como é que foi isso? Como é que se instituiu o bipartidarismo? Foi de cima para baixo? Não foi? Como é que o AI-5 foi construído? Quem escreveu esse documento? Qual foi o processo de construção deste documento? Posso estar querendo pensar questões relacionadas à reforma tributária, que também está no AI-5. Então, vou para analisar o AI-5 a partir de perguntas relacionadas ao meu interesse de pesquisa. Perguntarei que tipo de questões relacionadas à reforma tributária tem dentro do AI-5. A reforma foi implementada? Não foi? Já tinha algum processo anterior? Não tinha? E, sempre um contexto mais geral que ai vale para qualquer pesquisa, independente do tema, que é entender o contexto do documento. Como ele foi produzido? Por quem? Onde e quando? Acho que isso é básico. São as perguntas iniciais. Depois você faz as perguntas específicas relacionada à sua pesquisa.

Sérgio Wanderley: Você poderia falar um pouco sobre o acervo do CPDOC? O que o pesquisador pode encontrar disponível hoje?

Martina Spohr Gonçalves: Vou falar rapidamente como está constituído o nosso acervo, só para contextualizar a documentação. Hoje em dia a gente tem cerca de duzentos arquivos pessoais. O CPDOC só recebe arquivos de personalidades, de pessoas. Não temos arquivos de instituições. Então não temos arquivos de empresas, por exemplo. A nossa linha de acervo começou a ser construída em 1973 quando o CPDOC foi fundado, com o arquivo do Getúlio Vargas e de seus correligionários. Assim, o primeiro grupo de arquivos do CPDOC foi da elite política da década de 1930 e 1940. Depois, logo na sequência, foi criado em 1975 o Programa de História Oral na mesma linha de produção de entrevistas da elite política brasileira. Essa é principal linha de acervo. O que é linha de acervo? É seguir mais ou menos um tempo, um espaço e uma temática dentro de um arquivo. O CPDOC tem uma datação: só recebe arquivos do século XX para cá. Os nossos arquivos são contemporâneos. Se alguém nos procura com um arquivo do Século XIX, a gente encaminha para outra instituição que tenha uma linha de acervo que irá melhor contextualizar essa documentação. Isso é importante: o contexto dos arquivos dentro de uma instituição. Então temos, no CPDOC, arquivos pessoais e a maioria deles é da elite política brasileira. Hoje em dia o escopo da linha de acervo foi ampliado e estamos recebendo arquivos de intelectuais. Por exemplo, a gente recebeu, recentemente, o arquivo da Ivone Maggie que é uma antropóloga da UFRJ que pesquisa religião.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Existem também arquivos empresariais?

Martina Spohr Gonçalves: Era muito comum, acho que também é até hoje, os políticos – que são a grande massa documental que nós temos no CPDOC – terem empresas. E dentro dessas empresas trabalharem com questões relacionadas à política que eles estavam fazendo no dia a dia. Então a gente tem arquivos que contém toda a parte política, “Ah foi ministro”, “Foi deputado.” Enfim, toda a produção documental daquele cargo político. Mas os arquivos também contêm documentos relacionados às coisas de empresa. Vou citar um exemplo específico que é o de um banqueiro que se chama Clemente Mariani. A gente tem o arquivo do Banco da Bahia. É praticamente o arquivo inteiro. É um arquivo extremamente burocrático, mas que, para a pesquisa de instituições talvez possua um grande potencial que nunca foi muito explorado. Como ele foi ministro no governo Jânio Quadros, o grande “filé mignon” considerado pelos historiadores é a parte de sua atuação política. E a parte de atuação empresarial ficou um pouco em segundo plano. Vários arquivos aqui no CPDOC têm essa característica. Nos interregnos entre um cargo político e outro, eles voltavam a assumir postos nas em suas empresas ou em outras empresas. Eram convidados a serem diretores de banco ou diretores de outras empresas. O arquivo do Geisel é um bom exemplo. Depois que ele saiu da presidência, ele foi diretor da Norquisa. Nós temos a documentação da época, mas ninguém pesquisa. Ninguém. O grande

chamariz do arquivo do Geisel é a documentação presidencial. E não a documentação de depois que ele saiu da presidência, quando ele foi assumir cargos na Petroquisa, na Norquisa, enfim, em empresas. E existe documentação sobre isso no acervo dele.

Sérgio Wanderley: O acervo do CPDOC possui documentos relacionados à História da Administração Pública e aos órgãos e empresas públicas?

Martina Spohr Gonçalves: Bem possível. Esses mesmos personagens ocuparam cargos em empresas públicas, em institutos públicos, em conselhos públicos. Talvez na parte burocrática mais superior, como, por exemplo, o Conselho Nacional do Petróleo. Essas instâncias que também foram ocupadas pela elite intelectual brasileira e que são vistas muito mais pelo viés político do que pela atuação empresarial. É um potencial do nosso acervo que nunca foi muito explorado. O CPDOC recebeu recentemente – e até fevereiro o arquivo vai estar liberado para consulta online – o arquivo do Paulo Ayres Filho que foi um empresário do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O arquivo deste empresário – que teve uma grande participação no processo do Golpe de 1964 – é um dos primeiros arquivos especificamente de empresários que a gente tem aqui. Existe uma documentação dentro do arquivo dele sobre o IPES de São Paulo, que eu usei na minha tese. E ele tem uma produção muito voltada para questão

das empresas. Ele foi da indústria farmacêutica e tem toda a documentação do Instituto Pinheiros, que era a empresa dele. Mas ele foi diretor do Banco do Brasil e do Banco Mercantil de São Paulo. Ele ocupou vários postos. Não é um arquivo tão grande, mas tem um potencial bacana para explorar nesse sentido. Mas acho que isso é uma coisa meio no geral assim, por que perpassava muito isso. Eles eram políticos, advogados e empresários ao mesmo tempo. Isso era muito comum no início do século XX. Então isso é muito evidente. Uma alternância entre essas três frentes que de atuação.

Sérgio Wanderley: A sua citação ao Paulo Ayres Filho nos leva aos arquivos da ditadura. Qual é a importância da abertura dos arquivos da ditadura? Como esses arquivos podem contribuir como fonte histórica?

Martina Spohr Gonçalves: O grande *turning point* da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a meu ver, não é nem tanto a CNV em si, mas a legislação que foi modificada em 2011. Foi a Lei de Acesso à Informação que realmente mudou a perspectiva da compreensão das fontes históricas do período, no Brasil. Até então nós tínhamos prazos de sigilo muito grande. Em 2005 o Lula, como presidente, baixou uma legislação que indiretamente criava a existência de um sigilo eterno. Então você poderia prorrogar eternamente aquela documentação que estava fechada naquele período. E isso pegava toda documentação do período da

ditadura. Desta forma, acho que a Lei de Acesso a Informação de 2011 é um grande avanço na perspectiva da historiografia e da liberação de fontes no período. A CNV teve um papel muito forte de publicizar essa questão. De trazer a tona questões que estavam um pouco por baixo dos panos. O processo de transição brasileiro é muito peculiar, porque a gente teve um processo totalmente controlado. A nossa ditadura não acabou, não foi rompida como a Argentina. A Argentina, por exemplo, com a Guerra das Malvinas e a instituição militar totalmente desacreditada viveu um rompimento: todas as leis antigas foram revogadas, vários torturadores foram julgados e presos. Aqui no Brasil esse processo foi diferente. A CNV não tinha um caráter punitivo, só de denuncia e de levantar informações, o que já é muito importante. Mas, a meu ver, é uma comissão tardia. A instauração da Comissão da Verdade da Argentina ocorreu logo na sequência do fim da ditadura. A Comissão da Verdade na África do Sul também foi em sequência da ditadura. No caso do Brasil, passaram quase trinta anos. Tivemos uma Comissão de Anistia, algumas iniciativas de perdão do Estado, etc. Mas era uma coisa muito pontual, muito pequena. Então a CNV tem importância de vir para publicizar isso, mas acredito que tem alguns problemas porque não se deu continuidade aos trabalhos da CNV. Você tem eventualmente um balanço ou outro. Depois de um ano teve um evento. Depois de dois anos teve outro evento, que se fala um pouco sobre o desdobramento. Mas, a gente não tem algo concreto do Estado atuando em cima disso. Acho que foi um momento, mais do

que um processo. Agora a Lei de Acesso já vem num outro sentido. Ela vem permitindo a abertura de acervos muito importantes, como o do SNI (Serviço Nacional de Informações) que está no Arquivo Nacional. Este acervo foi aberto assim que a lei foi promulgada. Existe um esforço muito grande, do próprio Arquivo Nacional, para abrir mais fontes. Eu sou membro do Conselho Nacional de Arquivos (o Conselho Nacional de Arquivos é formado por instituições públicas e privadas e por representações da sociedade civil) e dentro deste Conselho essa é uma discussão recorrente: como dar continuidade ao processo de abertura de acervos da ditadura. A questão principal desse processo todo é a possibilidade do pesquisador saber quando os documentos vão ser abertos. Hoje existe um prazo legal razoável. Antigamente os prazos eram de cinquenta e cem anos para abrir um documento. Hoje em dia você chega a, no máximo, 30 anos para um documento ficar fechado. Quinze por mais quinze. Isso vale para frente, para os historiadores do futuro, porque isso está valendo para os documentos que são produzidos atualmente.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Você poderia falar um pouco mais sobre a Lei de Acesso (Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011)?

A Lei de Acesso não foi feita para abrir os documentos da ditadura. Ela foi feita para a administração pública como um todo. Então assim, isso é uma coisa que é

de longo prazo e é positiva neste sentido. Espero que se mantenha dessa forma ou que se melhore. O nome da própria lei já é uma mudança grande: Lei de Acesso a Informação. Antigamente existia uma lei específica sobre sigilo de documentos. Ou seja, existia uma lei de sigilo e agora estamos falando de uma lei de acesso. A própria perspectiva da nomenclatura da lei já muda a forma como a coisa está sendo compreendida e isso faz muita diferença. Então essa é a principal questão: a abertura dos arquivos da ditadura é extremamente importante e simbólica, e tem muito potencial de pesquisa. A gente está vendo agora o resultado de pesquisas de arquivos que foram abertos há cinco, seis anos atrás. São pesquisas de doutorado e pesquisas de mestrado que começaram a ser feitas para além do que foi utilizado e produzido pela CNV. O arquivo da CNV está depositado no Arquivo Nacional. Eles estão tratando e não sei se já está tudo disponível. Mas tem uma parte que já está disponível. Acho que a grande importância da CNV em termos de acervo foi uma conscientização nacional da importância de se procurar por acervos, que mobilizou as Comissões Estaduais, Comissões em Empresas, em Universidades, em Câmaras Estaduais. A maioria dos Estados fez a sua Comissão Estadual da Verdade. A do Rio de Janeiro foi muito ativa e procurou muita documentação. Teve um enfoque muito grande em procurar por documentação sobre a participação de empresas. Por exemplo, todas aquelas desconfianças que se tinha da utilização de dinheiro privado para os fornos de Campos. De crematório e etc. Isso tudo foi um levantamento feito pela Comissão

Estadual da Verdade do Rio. Também foi muito importante – em termos de participação de empresários e de empresas no governo militar – o capítulo que foi escrito pelo grupo Mais Verdade que está no Relatório Final da CNV. Esse é um campo que não é muito comum na área de história e foi muito negligenciada pela historiografia. Esse tipo de pesquisa tem como pesquisador fundador o René Armand Dreifuss em sua pesquisa de 1981. A tese dele é de ciência política, mas é uma pesquisa indiscutivelmente de fonte de peso. Uma pesquisa histórica, historiográfica de questionamentos de documentos, usando toda a técnica ainda de pesquisa relacionada ao uso de fontes históricas. Depois disso a gente começou a ter outras pesquisas que foram desdobrando neste sentido, mas hoje em dia já existe um grupo maior atuando com pesquisas relacionadas à participação de empresas na ditadura, tanto financiando quanto apoiando com carros, com o que fosse. Quando o apoio não era diretamente financeiro, era um apoio ideológico e de articulações políticas muito fortes. Acho que tem muita coisa para ver ainda. Principalmente nos arquivos que foram recém-abertos.

Sérgio Wanderley: Você poderia falar um pouco sobre a sua pesquisa de doutorado recém-defendida? Sobre a sua experiência nos arquivos norte-americanos? Já estamos dentro da sua tese Martina Spohr Gonçalves?

Martina Spohr Gonçalves: Eu já vinha pesquisando sobre participação de empresários na ditadura. Como falei, o livro do Dreifuss é uma grande referência, sempre foi. A linha historiográfica deste autor é a mesma do grupo de pesquisa do professor Renato Lemos, do qual faço parte. Tive uma primeira bolsa de pesquisa com ele ainda na graduação, uma bolsa de pesquisa de Iniciação Científica, quando começamos a pesquisar questões relacionadas ao judiciário na ditadura. Assim que entrei no CPDOC, organizei um arquivo do jurista Aliomar Baleeiro que foi ministro do STF que entrou no STF com o AI-2. Em relação aos juristas cassados, os arquivos do Evandro Lins e Silva, do Vitor Nunes Leal e do Hermes Lima estão aqui no CPDOC também. E são muito pouco explorados. O arquivo do Evandro é tem muito potencial de pesquisa. O Aliomar Baleeiro escreveu todo o processo do golpe nos diários. Então usei os diários como fonte. Ele tinha uma relação com o Bilac Pinto que era deputado e esse pessoal era da UDN (União Democrática Nacional) que tinha relação com o IPES. Na minha dissertação de mestrado, fui pesquisar as publicações que o IPES fez de 1961 a 1964. Que tipos de livros estavam sendo patrocinados e publicados pelo IPES, de viés anticomunista e etc. Como desdobramento eu já comecei a entrar na seara dos empresários. Comecei a falar um pouco do mercado editorial e das empresas que estavam envolvidas nisso. Ao mesmo tempo, eu já estava trabalhando no CPDOC, me perguntam assim “A irmã do Paulo Ayres” – o grande responsável pela tese – “quer doar o arquivo do Paulo Ayres Filho que foi o empresário do IPES São Paulo.

Você acha que a gente deve receber?" Eu falei "Claro. Por favor." Eu já tinha uma ideia de doutorado que era outra coisa, sobre guerra revolucionária comunista e teorias militares. O arquivo chegou e eu perguntei: "Gente, olha só. Chegou, posso organizar?" Então eu comecei a organizar junto com os estagiários. Quanto comecei a mexer na documentação comecei a ver uma perspectiva que já está apontada no Dreifuss: uma perspectiva internacional que vinculava empresários brasileiros e norte-americanos e qual a influência que isso poderia ter no processo político brasileiro na década de 1960. Então a minha tese vai de 1961 até 1967. Ao mexer na documentação do Paulo Ayres eu descobri uma correspondência dele com o David Rockefeller que é também o grande arroz de festa.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Arroz de festa?

O arroz de festa da tese é o David Rockefeller. Ele está em todos os lugares. Em todos os conselhos. Em todas as reuniões. Todas. Ele é o mais famoso de todos. Eu vi uma correspondência deles e fiquei com aquilo na cabeça. Eu falei: "Nossa, isso daqui de repente pode ser que seja uma relação pessoal". Inclusive, era uma correspondência de cunho muito pessoal. Muito próxima, com perguntas sobre esposa, filhos e tal. Aparentava ser uma relação um pouco para além da burocracia das questões mais especificamente relacionadas ao gerenciamento de

empresas ou alguma coisa neste sentido. Isso me despertou a ideia da tese. Eu comecei a levantar informações, bibliografia e etc. Então descobri o papel dos Estados Unidos e dos empresários norte-americanos na Aliança para o Progresso e como isso influenciou diretamente os negócios da Aliança no Brasil e, conseqüentemente, a condução dos negócios, em geral, e da questão empresarial no processo do golpe. Esses empresários que estavam à frente do debate da Aliança nos Estados Unidos eram os empresários que estavam junto com os empresários do IPES e que tinham um pensamento muito semelhante. A primeira etapa da minha pesquisa foi justamente analisar a documentação sobre a Aliança para o Progresso no Brasil. A documentação que tem aqui no CPDOC, a documentação do Clemente Mariani e a alguns documentos no arquivo do Paulo Ayres. Os documentos me indicavam um encontro que poderia ser, concretamente, uma ação conjunta empresarial. Foi o Encontro Informal de Homens de Negócios, que aconteceu em Nova Iorque. O encontro foi relatado pelo Paulo Ayres num livro biográfico e existem documentos também relacionados a essa reunião, que foi ciceroneada pelo David Rockefeller, que foi o grande cabeça, e pelo grupo que estava atuando frente ao *Commerce Committe for Aliance for Progress*. Este comitê foi criado com 23 empresários para pensar na iniciativa privada dentro da Aliança do Progresso. E quem foi para essa reunião? Representantes da América Latina toda, não só do Brasil. Do Brasil foram três membros do IPES e um que não era do IPES, mas que era muito próximo, de

pensamento liberal. E eles foram para lá. E aí eles voltam para o Brasil com um discurso praticamente comprado. E eles vão divulgar esse discurso nos jornais: uma posição de maior participação da iniciativa privada; da importância da empresa privada; do papel da empresa privada na Aliança para o Progresso. Depois fui para os Estados Unidos e passei nove meses levantando arquivo, arquivo e arquivo. E você vai descobrindo milhões de coisas. As fontes que pesquisei são fontes muito pouco utilizadas. Inclusive para compreensão da participação dos Estados Unidos no golpe já que as pesquisas levam muito pouco em consideração a participação e atuação da Aliança para o Progresso como estratégia contrarrevolucionária preventiva, que é como eu trato. E levam também muito pouco consideração a documentação que eu pesquisei lá do Departamento do Comércio. O Departamento de Estado é sempre o grande enfoque. A documentação que eu trouxe para a minha tese é sobre a preocupação com a iniciativa privada; com a entrada da iniciativa privada nos países da América Latina; com a visão que os empresários latinos americanos tinham dos empresários norte-americanos; com a entrada das empresas multinacionais e das empresas de capital associado; com a reação desses empresários à entrada dessas multinacionais no Brasil; e uma preocupação muito forte com a imagem da empresa privada norte-americana na América Latina. Isso é muito evidente, nessa documentação do Departamento de Comércio. E isso influencia diretamente a condução dos negócios brasileiros no período da década

de 1960. Você tem uma entrada muito pesada de multinacionais neste período. Isso, eu acho que o Dreifuss, por meio das fontes do IPES, mostra muito. E esses indivíduos que estão à frente dessas multinacionais e dessas empresas de capital misto, de capital associado, são os empresários que estão dentro do IPES e são os empresários que estão financiando campanhas contra o Goulart e querendo mudar o regime político porque a austeridade de certas medidas não estava beneficiando os seus negócios. Esse é um resumo da ideia da tese. Em termos de fontes, além no Departamento de Comércio eu pesquisei muita documentação. Tenho cerca de treze mil documentos cadastrados. Eu não usei tudo.

Sérgio Wanderley: Treze mil documentos cadastrados?

Martina Spohr Gonçalves: Um banco de dados que eu contratei uma pessoa para me ajudar por que eu já estava na loucura não conseguia mais pensar. Eu chegava lá com a máquina fotográfica e passava o dia inteiro fotografando documento. Eu pensava assim: "Não vou perder a chance de fotografar isso aqui." Tem documentos que não faziam parte do escopo principal da pesquisa. Eu tenho documentação que eu ainda vou usar, provavelmente, em outros momentos. Mas no arquivo da Kennedy Library que é a biblioteca presidencial do Kennedy, eu encontrei muita coisa também sobre o *Commerce Committe for Aliance for Progress*, que eu acho que é um dos pontos mais importantes para compreender esse

processo. É a participação direta de empresários na administração pública americana. Entender também como que na administração norte-americana, ocorre essa migração da elite orgânica de empresários para postos importantes da administração pública. Essa migração era muito evidente e forte. Eles vinham de organizações como o *Council for Foreign Relations* e instituições da sociedade civil. Ou seja, membros da iniciativa privada, organizados em grupos na sociedade civil, migrando para a sociedade política. Esse movimento de ocupação de cargos no Estado é muito adotado no Brasil principalmente pós-Golpe de 64. Essa é a movimentação do grupo de empresários do IPES, ocupando postos nos principais Ministérios, nos principais postos políticos pós 64. Eu defendo que existia uma exportação de um *America Way of Business*. Vamos exportar o nosso negócio de fazer negócios para a América Latina. Acho que essa que é a grande demonstração que eu busco na tese. Como esse *American Way of Business* entrou no Brasil e que tipo de influência ele pode ter no processo do golpe. Sobre isso a documentação da JFK Library é bastante extensa. E basicamente são arquivos pessoais. Tem uma característica muito parecida com os arquivos do CPDOC em termos de origem, dos fundos e tudo mais. Apesar de ser uma instituição pública americana, são os arquivos do Kennedy e de seus correligionários, basicamente. O governo Kennedy sempre foi visto na historiografia como um governo antiempresarial. E é completamente o oposto que se observa nas fontes. Você vê que a gestão pública norte-americana naquele período tem uma participação

bem forte dos empresários, principalmente na sua política externa mais importante que é a Aliança para o Progresso. Eles é que vão conduzir a Aliança.

Sérgio Wanderley: E os arquivos do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon?

Martina Spohr Gonçalves: O arquivo do Lincoln Gordon foi a decepção maior da vida. Eu já tinha quase terminado a tese e o arquivo estava fechado, em tratamento. Ele só abriu depois que eu voltei para o Brasil. Em 2015 eu tive um congresso nos Estados Unidos e vi que o arquivo do Lincoln Gordon estava aberto. Uma decepção tremenda, porque ele moldou o arquivo. Ele simplesmente só deixou o que ele queria que fosse visto. Isso é uma coisa interessante de pensar na questão do contexto da documentação. Por que se você for levar o arquivo, por exemplo, do Lincoln Gordon ao pé da letra, sem fazer nenhum tipo de problematização, você vai ter certeza absoluta que os Estados Unidos não teve participação alguma no golpe brasileiro. Ele construiu uma memória própria naquele arquivo. Ele acompanhou tudo o que era publicado e questionava. Por exemplo, o primeiro livro que denunciou a operação Brother Sam foi o da historiadora americana Phyllis Parker, que é uma brasilianista. Ele manda uma carta para ela afirmando que o que ela escreveu estava errado e que era mentira. Ele faz isso recorrentemente com tudo o que era publicado na mídia em

relação à participação dos Estados Unidos no golpe. Então é isso que está no arquivo basicamente.

Sérgio Wanderley: A Phyllis Parker na introdução do seu livro (Brazil and the Quiet Intervention) diz que entrevistou o Lincoln Gordon.

Martina Spohr Gonçalves: Ele queria que ela tivesse pegado tudo o que ele falou na entrevista e publicasse. Só que ela fez justamente o que a gente considera uma pesquisa histórica de boa qualidade. Ela cruzou as informações da entrevista com a documentação que tinha sido recém-aberta nos Estados Unidos. A Parker foi a primeira pessoa a elucidar a existência da Operação Militar Brother Sam, da vinda dos navios. A minha tese é justamente tentar mostrar que o papel dos Estados Unidos no golpe brasileiro vai além dessa operação. Ele vai entrar na exportação do *American Way of Business* mesmo. Da forma de fazer, da exportação da lógica capitalista norte-americana para a América Latina. Para tentar barrar cada vez mais qualquer entrada socialista e/ou comunista. E o grande *turning point* disso tudo é a Revolução Cubana. Isso é uma coisa que é muito evidente: a política externa norte americana até 61 é uma e depois de 1961 é outra.

Alessandra de Sá Mello da Costa: E em que outros arquivos você também pesquisou?

Martina Spohr Gonçalves: Eu pesquisei na JFK Library – que tem muita documentação -, no Arquivo Nacional Americano, no Departamento de Comércio – que foi onde eu pesquisei mais a administração americana – e The Rockefeller Archive Center que é uma instituição que estão os arquivos da família Rockefeller e de suas empresas. Também tem os arquivos das Fundações: Fundação Rockefeller e Fundação Ford. Tem o arquivo de várias empresas que foram doados para lá. Então assim, é um potencial de pesquisa também internacional muito interessante.

Sérgio Wanderley: A Fundação Rockefeller, o The Rockefeller Archive, mais especificamente, está fisicamente localizada aonde?

Martina Spohr Gonçalves: Fica em uma cidade um pouco afastada de Nova Iorque. São 45 minutos de trem de Manhattan. É bem acessível. É em uma casa colonial. Parece que você está na casa dos Rockefeller. Eu falei “Meu Deus.” Eles vão te buscar de carro particular na estação de trem. Eu falei “Nossa” Nunca tinha visto isso. Ai você chega, bastante cerimônia, mas tudo muito bem organizado e disponível. Eles querem disponibilizar mesmo a informação. Mas o arquivo do David Rockefeller, que era minha grande vontade de consultar, não está disponível porque ele está vivo. Quando comecei a fazer a minha tese ele tinha 90, quase 100 anos. Agora está com, 101.

Sérgio Wanderley: Ou seja, um arquivo que vai contar outra história, não é?

Martina Spohr Gonçalves: É o arquivo pessoal do David Rockefeller. Que vai mostrar inclusive as inter-relações que ele teve com o Paulo Aires Filho e outros empresários brasileiros e latino-americanos. E tem o arquivo do Nelson Rockefeller que eu também usei bastante na tese. Que está lá. E que era uma pessoa muito interessada na América Latina, desde o início do século XX. Ele tinha um correspondente na América Latina que se chama Adolf Berle – outro arquivo que eu usei bastante – que informava para ele tudo o que estava acontecendo no Brasil. Era quem realmente estava interessado nisso e que liderava uma das principais corporações norte-americanas (Standard Oil, Chase Manhattan Bank e etc). A sua influência foi forte no Brasil e também teve atuação na Aliança para o Progresso. Uma pesquisa que pode ser feita é ver como efetivamente as empresas norte-americanas entraram no Brasil e como elas se mantiveram depois. Pesquisar o pós-golpe.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Como a pesquisa do Pedro Henrique Pedreira Campos?

(Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988)

Martina Spohr Gonçalves: Algumas pesquisas já apontam, por exemplo, a pesquisa do Pedro Campos sobre as empreiteiras durante o período da ditadura.

Do crescimento das empreiteiras. Nós estamos vendo agora toda essa crise danada aí. As pesquisas podem verificar como as multinacionais foram ganhando espaço no mercado brasileiro durante o período da ditadura aumentando os seus capitais e a sua participação. E justamente por conta desta movimentação de membros em comum. Movimentação que possibilitou a execução e a construção de políticas públicas favoráveis a esse nicho empresarial naquele período. Que tipo de legislação e de reformas eram propostas. E qual a relação destas reformas com o empresariado. Por exemplo, a pesquisadora Elaine [de Almeida] Bortone estuda a proposta de reforma administrativa do IPES, da década de 1960 e mostra como a reforma administrativa implementada na ditadura foi em grande parte baseada nas propostas dos empresários Ipesianos favorecendo o capital multinacional e a iniciativa privada. Ou seja, as reformas que foram feitas ao longo da ditadura já eram as bandeiras desses empresários durante os anos 50/60.

Sérgio Wanderley: Por isso então a expressão que o golpe foi um golpe empresarial militar antes de ser civil militar?

Martina Spohr Gonçalves: Eu, o Renato Lemos e todo o nosso grupo de pesquisa utilizamos a expressão golpe empresarial militar por conta de um protagonismo. Por que se você falar em golpe civil militar, não está errado. Não é que esteja

errado. É que civil inclui muita gente. Eu já fui questionada: “E a Igreja?” “E os partidos? E os políticos?” Sim, estavam todos no processo. Mas a gente trabalha com a ideia de que os empresários eram os protagonistas nesse processo. Eles estavam liderando esse processo tanto por meio do IPES quanto em outras frentes, dentro das suas empresas inclusive. Essa que é a diferença da nossa análise. O civil não está equivocado, mas o civil abarca setores que tiveram importância menor no processo efetivo do golpe. Não que eles estejam excluídos do processo. A gente não usa empresarial militar no sentido de excluir qualquer camada civil desse processo. É numa proposta de compreender o protagonismo dos empresários neste período, que era muito evidente, pelo menos diante das pesquisas que a gente tem. Eram os empresários que tinham o dinheiro para criar e estruturar o IPES e de entrar em todas as esferas e todas as áreas. Por exemplo, atuar com dinheiro no movimento estudantil e no movimento sindical, colocando a coisa para funcionar, a máquina para rodar.

Sérgio Wanderley: Você também pesquisou a produção de livros do IPES?

Martina Spohr Gonçalves: Revistas, livros e editoras. O IPES publicou uma tiragem muito grande da carta de Punta del Este, que fundou a Aliança para o Progresso. Ele também publicou e patrocinou vários livros do Lincoln Gordon sobre a Aliança no Brasil e outros livros também anticomunistas. E tem as

editoras, como Record, que hoje em dia tem uma outra perspectiva, e a GRD que era do Gumerindo Rocha Dorea que foi a principal editora do IPES. O interessante é que os livros não saiam com nenhum registro informando que eram financiados pelo IPES. Não vinha escrito "Patrocinado pelo IPES" ou "Esse livro foi financiado pelo IPES". Eles estavam por trás do pano mesmo. Tanto no movimento sindical quanto no estudantil. Eles também estavam patrocinando as eleições de 1962, colocando dinheiro para eleger os deputados que os interessavam no período. Então, o Dreifuss mostra isso, o IPES capilarizou a sua atuação em muitos setores da sociedade.

Sérgio Wanderley: E tem dinheiro da Aliança para o Progresso para dentro do IPES? Você identificou os empresários brasileiros indo para os Estados Unidos aprender o America Way of Business e os empresários norte-americanos vindo para o Brasil fazer consultoria?

Martina Spohr Gonçalves: Eles criaram grupos *seniors*, como o *Seniors Specialist Corps*. Que eram empresários norte-americanos aposentados que estavam meio sem fazer nada e eles falavam assim: "Você não quer ir para o Brasil, para o Peru, para mostrar como que se fazem negócios?" Eles enviavam essas pessoas para dar consultoria em pequenas empresas de capital nacional, ensinando como se faz negócio no modelo americano. Então não pesquisei muito esse ponto. Eu vi na minha pesquisa e é interessante aprofundar. O difícil é você conseguir

acessar as fontes e os arquivos de empresas. Chegar na Volkswagen dizendo que está fazendo uma pesquisa histórica e que gostaria de pesquisar no arquivo da empresa não é simples. Não é como você chegar em Centro de Pesquisa, no Arquivo Nacional ou mesmo em uma Associação dos Editores. A FIRJAN e a FIESP possuem arquivos. Nenhuma organização jogou fora documentação, mas para você acessar é uma dificuldade tremenda. Inclusive pelo posicionamento atual da política brasileira. Por exemplo, você vai chegar na FIESP e vai falar: “Estou fazendo uma pesquisa sobre o golpe empresarial militar”? É muito difícil. Além disso, não existe uma consciência dentro das empresas da importância de manter os seus arquivos. Em alguns casos você tem os arquivos alocados de uma maneira completamente ruim em condições péssimas de preservação. E em empresas que tem uma consciência mais efetiva da importância da manutenção dos seus arquivos, você identifica certa resistência em deixar esses arquivos se tornarem públicos. Conseguir acessar arquivos de empresas ou de associações, federações e organizações, é um grande desafio. Acho que é um dos maiores.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Aproveitando que você voltou ao tema de fontes do acervo, como você decide ou escolhe o acervo que vai pesquisar? Qual é o caminho que o pesquisador precisa percorrer?

Martina Spohr Gonçalves: O caminho é assim, primeiro você tem o roteiro. Você tem um roteiro para o documento que você está acessando e também para onde você vai procurar essas fontes. É importante entender a dinâmica de um arquivo, para você poder pesquisar. Então assim, o levantamento de fontes parte de algumas questões. Primeiro você parte da sua hipótese de trabalho. A partir da sua hipótese de trabalho você vê quais arquivos você pode pesquisar e onde eles estão. Primeiro você tem que ter as suas perguntas mais gerais para o arquivo como um todo. Depois você vai ter perguntas mais específicas por documentação. Nos arquivos você tem normalmente um documento chamado inventário onde você pode fazer uma consulta prévia. Você não pode nunca dizer que vai pesquisar num arquivo sem antes de você ter visto o que tem dentro dele. Pode acontecer de você achar que vai ter uma determinada documentação e não tem, como foi o caso do arquivo do Lincoln Gordon. A condução da pesquisa histórica é assim meio Sherlock Holmes: você vai catando milho. Você passa uma semana no arquivo e não acha nada, outro dia que você vai e passa o dia inteiro achando milhões de coisas. Sai de lá animadíssima. Quando você acha o documento "Nossa meu Deus, achei." Fica com vontade de gritar dentro do arquivo e você não pode. Mas a pesquisa também é uma roteirização e questionamento.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Qual foi o caminho que você percorreu?

No meu caso, eu primeiro roteirizei o que eu tinha de fonte no Brasil. Eu vim primeiro para o CPDOC porque eu já tinha um conhecimento mais profundo dos arquivos, mas também porque não é muito difícil porque as ferramentas estão *online*. Então a busca não é complicada. Você consegue fazer uma busca inicial. Para se propor um projeto na área de história, de doutorado por exemplo, você já tem que indicar essa pesquisa prévia. Você não pode dizer que você vai fazer isso. Você já tem que ter um levantamento inicial. E aí, pensando em período, fiz esse levantamento nos arquivos do CPDOC e nos arquivos do Arquivo Nacional. A minha delimitação temporal era 1961-1967. Claro que poderia ir um pouquinho para trás ou um pouquinho para frente dependendo do que eu achasse. Também delimito questões específicas sobre a Aliança para o Progresso e sobre a participação empresarial. Então mapeei quais eram os empresários que poderiam me interessar e as empresas que poderiam me interessar, então as minhas buscas foram nesse sentido. E delimito trabalhar no Brasil e nos Estados Unidos. Por isso nos Estados Unidos eu foquei na Biblioteca do Kennedy, porque era o período que me interessava mais. E no caso norte-americano o Arquivo Nacional e o Departamento de Comércio, porque estava falando sobre *business* e etc. Então me interessava mais. Eu pesquisei no Departamento de Estado também. Pesquisei documentações de embaixadas para ver como era uma correspondência internacional, mas é uma fonte mais secundária. Em relação às fontes, primeiro você tem que ver qual é o seu corpo documental principal. O que

you will use, or rather, what you will research first. After you will have your additional, if possible. P Muitas vezes o seu core vai ser muito maior do que você imaginava. E normalmente isso acontece.

Sérgio Wanderley: Você não imaginou que ia ter treze mil documentos?

Martina Spohr Gonçalves: Nunca imaginei. Eu sabia que tinha bastante coisa nos arquivos que eu pesquisei. Eles tinham bons inventários e estavam organizados e tratados. Você também pode descobrir um grande acervo que está sem tratamento e aí vai demorar muito mais tempo para fazer a pesquisa. Então eu tive essa vantagem de ter um bom acesso nos Estados Unidos. Eu fiz um ótimo contato com as pessoas dos arquivos. Eu mandei e-mail e perguntei como podia fazer para ter o acesso e se era possível ter acesso. Assim, no projeto eu já tinha um levantamento de fonte do Brasil e dos Estados Unidos. Eu já sabia quais eram os fundos [arquivos] que eu ia pesquisar. Você tem que saber qual é o grau de dificuldade de acesso que existe nesta fonte. Se o grau de dificuldade é muito alto, às vezes pode nem valer à pena. Eu poderia ter levantando fontes também na FIESP e na FIRJAN, por exemplo. Só que o grau de dificuldade é muito alto de pesquisa neste tipo de arquivo. Então eu privilegiei outras fontes. E chega uma hora que você tem que falar assim “Não vou mais procurar nada”.

Alessandra de Sá Mello da Costa: O ideal, então, é o pesquisador ter a noção de todos os arquivos em potencial que podem ser utilizados e fazer escolhas em função também de facilidades e/ou dificuldades no acesso às fontes?

Martina Spohr Gonçalves: Isso. O pesquisador precisa entender o contexto. Essa que é a grande questão. O contexto arquivístico das fontes que está pesquisando. Do contexto de produção, de onde veio essa documentação e de quem é essa documentação. E como ela foi parar naquela instituição. Isso também é uma coisa importante. Um documento pode ter outras relações. Não é uma consciência comum entre as pessoas que fazem pesquisa. A perspectiva meio positivista de que o documento é a verdade, é a prova de algo ainda é muito comum. E as pessoas escrevem isso em teses. "Conforme o documento está provando aqui." Contudo, a gente não está fazendo uma peça jurídica. A grande questão do historiador é perguntar e questionar.

Sérgio Wanderley: Os arquivos dos Estados Unidos que você investigou já estão totalmente abertos? Ou ainda tem arquivo que vem com a tarja preta?

Martina Spohr Gonçalves: Têm alguns com tarjas pretas. Nos Estados Unidos o procedimento é diferente do que no Brasil. Tem uma ferramenta que é muito interessante que poderia ser um incremento na Lei de Acesso a Informação. Ele

se chama "*Freedom of Information Act*" (FOIA) Quando você está pesquisando uma documentação pública e encontra uma folha dizendo que aquele documento não pode ser acessado, você tem o direito de pegar um formulário e preencher. Eu preenchi tanto esse formulário que estou recebendo até hoje cópias dos documentos que eu pedi e não consegui ver lá. Você vai no fundo que está pesquisando, coloca o seu endereço, a coleção e pede para abrir o documento. A maioria dos arquivos que estão fechados com tarja nos Estados Unidos é por questões de segurança nacional. Mas você tem o direito de pedir para abrir qualquer um. O máximo que vai acontecer é eles analisarem e dizerem a você que o documento não vai ser aberto. Eu consegui abrir vários, mas tem muita documentação fechada ainda. Tinham alguns documentos que eram tristes. Você pegava toda feliz, e ele estava todo preto. É tarja preta mesmo. É uma cópia com tudo preto. E aí só tinha a assinatura da pessoa. Eu falava: "Ah ótimo, Agora eu estou sabendo tudo desse assunto." Mas mesmo quando o prazo legal foi cumprido, a massa documental é gigantesca. Muitas vezes eles só abrem coisas quando alguém pede. A documentação do Departamento de Estado, por exemplo, passa por processos de reavaliação com muito mais frequência do que a documentos dos arquivos pessoais. A JFK Library é uma instituição pública e é regida pelas leis iguais ao Departamento do Estado ou de qualquer outro fundo. Mas a documentação de um assistente do Kennedy não vai passar por uma reavaliação frequente de prazos. De esgotamento de prazo: "Olha só, aqui tem x documentos

que a gente já pode abrir.” Eles estão informatizando isso. É um trabalho muito interessante que se faz nos Estados Unidos em relação à documentação. Seria importante que a gente tivesse alguma coisa semelhante. E isso faz com que você possa tentar abrir as coisas, mesmo que você tenha uma resposta negativa. Eu tive várias respostas positivas. Eu não sei nem quantos documentos eu pedi para abrir, mas pedi para abrir muita coisa. É você tentar liberar o máximo de informações, é *freedom of information*. A política deles não é uma política de sigilo. É uma política de acesso. Talvez essa pudesse ser uma forma de abrir, até mesmo por que essa questão pública brasileira é ainda mais complicada na questão de revisão de prazos. Não tem pessoal para fazer isso. O Arquivo Nacional não tem gente suficiente para revisar toda hora que documentos podem ser abertos para os pesquisadores. Foi feito isso agora numa tacada só. Veio a Lei de Acesso e foi feito uma força tarefa dentro do Arquivo Nacional para abrir essa documentação.

Sérgio Wanderley: E o acervo do Vernon Walters?

Martina Spohr Gonçalves: Eu não sei onde está o acervo. O Vernon Walters é um personagem muito importante também, mas ao qual eu não me dediquei muito. Mas gostaria de pesquisar os adidos militares nas embaixadas americanas.

Sérgio Wanderley: Ele foi uma personagem chave no período, assim como o Lincoln Gordon?

Martina Spohr Gonçalves: Ele lutou no Monte Castelo junto com o Castelo Branco e com toda essa ala que a gente chama de Castelista. E eles ficaram amigos próximos. Então o Vernon Walters foi mandado para cá [Brasil] para ser adido militar na década de 60. Lincoln Gordon estava aqui e ele era de confiança dele. O Castelo Branco também estava aqui.

Sérgio Wanderley: Ele também transitou no meio dos empresários?

Martina Spohr Gonçalves: Transitou. Ele falava português. Ele era um americano que tinha uma entrada muito forte na política nacional. Mas o Lincoln Gordon também. Ele veio fazer uma missão no Brasil na década de 1950, pela Fundação Rockefeller para ver quais os pontos de investimento que a Fundação faria no Brasil. E rodou o Brasil inteiro. Assim, quando ele veio para ser o embaixador americano no Brasil, ele já tinha um conhecimento do território.

Sérgio Wanderley: O Lincoln Gordon fez parte do comitê assessor para a criação da Aliança para o Progresso?

Martina Spohr Gonçalves: É que a Fundação Rockefeller não entra com o nome na Aliança para o Progresso. Mas os Rockefeller estão dentro da Aliança para o Progresso. Eles estão liderando todo o processo de exportação do *America Way of Business*. Está tudo ligado.

Sérgio Wanderley: Muito obrigado Martina Spohr Gonçalves.

Alessandra de Sá Mello da Costa: Muito obrigada.

Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964

Resumo

Martina Sphor Gonçalves é uma pesquisadora com grande experiência no planejamento, organização e direção de arquivos. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), Martina é Coordenadora de Documentação do Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC) Fundação Getúlio Vargas - RJ. Em suas pesquisas, discute a construção de laços entre as elites empresariais estadunidenses e brasileiras durante os anos 1960, defendendo o protagonismo dos empresários na articulação e sustentação do golpe de 1964, a autora defende a relevante ideia de que programas como a Aliança para o Progresso também serviam para estabelecer e consolidar o American way of doing business na América Latina. A entrevista, realizada por Sergio Wanderley e Alessandra de Sá Mello da Costa, foi concedida pessoalmente em janeiro de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

Palavras-chave

Arquivos Documentais. Elites Empresariais. Fontes Históricas. Ditadura Brasileira. Golpe Empresarial-Militar Brasileiro.



Historical sources: archives, documents and historiography construction of 1964 military-business coup

Abstract

Martina Sphor Gonçalves, is a researcher with great experience in planning and organizing archives. PhD in Social History (IFCS/UFRJ), she is the Documentation coordinator of the Research and Documentation Center (CPDOC) Fundação Getúlio Vargas – RJ. In her research, she discusses the construction of ties between US and Brazilian business elites during the 1960s, defending the role of businessmen in articulating and sustaining the coup of 1964. The researcher also argues for the relevant idea that programs such as the Alliance for Progress also served to establish and consolidate the "American way of doing business" in Latin America. The interview, conducted by Sergio Wanderley and Alessandra de Sá Mello da Costa, was personally granted in January 2017, in the city of Rio de Janeiro, RJ, Brazil.

Keywords

Archives. Business Elites. Historical Sources. Brazilian Dictatorship. Military-business coup.



Las fuentes históricas: los archivos y documentos en la construcción de la historiografía del golpe de Estado corporativo -militar de 1964

Resumen

Martina Sphor Gonçalves, es un investigador con amplia experiencia en la planificación, organización y gestión de archivos. Doctor en Historia Social (IFCS/UFRJ), es Coordinador de Investigación y Documentación Centro de Documentación (CPDOC) Getulio Vargas – RJ. En su investigación, analiza la construcción de las relaciones entre los EE.UU. y la élite empresarial brasileña durante la década de 1960, defendiendo el papel de los empresarios en la articulación y apoyar el golpe de Estado de 1964, la autora defiende la idea de que los programas pertinentes, como la Alianza para el Progreso también sirvió para establecer y consolidar el "estilo americano de hacer negocios" en América Latina. La entrevista, realizada por Sergio Wanderley y Alessandra de Sá Mello da Costa, se le concedió personalmente en enero de 2017 en la ciudad de Río de Janeiro, RJ, Brasil.

Palabras clave

Archivos documentales. Élités empresariales. Las fuentes históricas. Dictadura brasileña. Golpe corporativo-militar brasileño.



Entrevistada

Martina Spohr Gonçalves

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora de documentação e Professora da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. E-mail: martina.goncalves@fgv.br.

Sérgio Wanderley (Entrevistador)

Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Professor Adjunto da Universidade do Grande Rio. E-mail: sergiow.gaz@terra.com.br.

Alessandra de Sá Mello da Costa (Entrevistadora)

Doutora em Administração pela Fundação Getúlio Vargas. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: alessandra.costa@iag.puc-rio.br.

Endereço para correspondência

Martina Spohr Gonçalves. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22250-900. Telefone: (+55 21) 37995676.

Como citar esta contribuição

GONÇALVES, M. S. Fontes históricas: arquivos e documentos na construção da historiografia do golpe empresarial-militar de 1964: uma entrevista com Martina Spohr Gonçalves Spohr Gonçalves. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 8, p. 1102-1140, dez. 2016. Entrevista concedida a Sérgio Wanderley e Alessandra de Sá Mello da Costa.

Entrevista realizada por Sérgio Wanderley e Alessandra de Sá Mello da Costa em janeiro de 2017. Transcrição e edição de Alessandra de Sá Mello da Costa. Contribuição submetida em 20 fev. 2017. Aprovada em 20 fev. 2017. Publicada online em 3 mar. 2017. Sistema de avaliação: Convite. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

